

UNIDADE XI – Os ramos do Direito

11.1 Introdução

11.2 Direito Público e Direito Privado

11.3 Critérios de distinção

11.4 Critério adoptado

11.5 Classificação

11.6 Ramos do Direito Privado

11.7 Ramos do Direito Publico

11.8 Direito Internacional Privado

BIBLIOGRAFIA

Constituição da República de Angola

Código Civil Angolano

Ferreira, Adriano . (2025). *Introdução ao Estudo do Direito*. 1ª Edição, Editora IED.

Justo, António José de Almeida Santos. (2024). *Introdução ao Estudo do Direito*. 14ª Edição. Editora Petrony.

José, António Gonçalves Ferreira; António Garcia Pereira; David Falcão.(2024). *Introdução ao Direito*. 6ª edição. Edições Almedina.

Freitas, Maria & Torres, Afonso Pinheir. (2024). *Introdução ao Direito - 12.ª Classe*, Editora, Plural Editores Angola.

Ferreira, José Alexandre Gonçalves; Pereira, António Garcia, David Falcão. (2023). *Introdução ao Direito*. 6ª Edição. Editora Almedina.

Miguel, Nogueira de Brito. (2022). *Introdução ao Estudo do Direito*. 3ª Edição, Editora AAFDL.

Borges, Walter Luis S. (2020). *Introdução ao Direito: Uma Introdução Informal e Didática ao Estudo do Direito*. 1ª Edição, Editora Clube de Autores.

Nader, Paulo. (2020). *Introdução ao Estudo do Direito*. Editora Forense.

Machado, João Baptista. (2019). *Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador*. Almedina.

Freitas do Amaral, Diogo.(2019). *Manual de Introdução ao Direito (Vol. II)*. Almedina.

Manuel de Almeida Ribeiro.(2019). *Introdução ao Direito para as Ciências Sociais*. 2ª edição, Escolar Editora.

Aurora Tomazini de Carvalho (2019). *Curso de Teoria Geral do Direito: O Constructivismo Lógico-Semântico*. Editora Noeses.

Betioli, Antonio Bento. (2017). *Introdução ao Direito*. 6ª edição. Coimbra Editora.

Domingos Pereira de Sousa. (2017). *Introdução ao Direito*, editora Quid Juris.

- Silva, Germano Marques da. (2015). *Introdução ao Estudo do Direito*. 5.^a ed.. Universidade Católica Editora.
- António Pinheiro Pereira. (2013). *Princípios Gerais de Direito*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Latorre, Ángel. (2013). *Introdução ao Direito*. Escolar Editora.
- Coordeiro, António Manuel. (2012) *Tratado de Direito Civil I*, 4^o ed. Coimbra; Almedina.
- Tadeu, Washington. (2010). *Guia do estudante de Direito*. Lobito: Escolar Editora.
- Bobbio, Norberto, (2010). *Teoria Geral do Direito (inclui Teoria da Norma Jurídica e Teoria do Ordenamento Jurídico)*, editora Martins Fontes.
- Amaral, Domingos Fernandes, (2010). *Manual de Introdução ao Direito*. Coimbra. Almedina.
- Engisch, Karl. (2008). *Introdução ao Pensamento Jurídico (trad. port., 10)* Lisboa: Fundação Calouste.
- José Óscar Ascensão. (2005). *O Direito / Introdução e Teoria Geral*. Coimbra: Almedina.

6.3 Ideologias jurídicas e o papel do jurista em Angola

7. Desafios Contemporâneos da Filosofia do Direito

7.1 Direitos humanos e cultura africana

7.2 Bioética, ambiente e tecnologia

7.3 O papel do Direito na consolidação da democracia em Angola

7.4 Justiça de transição e reconciliação nacional

8. Aplicações Práticas

8.1 Estudo e debate de dilemas jurídicos e morais

8.2 Análise crítica de decisões judiciais sob a ótica filosófica

8.3 Integração da tradição e da modernidade no sistema jurídico angolano

BIBLIOGRAFIA

- Rafael, António Tobias Simba (2018). *O Direito à Liberdade Religiosa no Estado Constitucional Angolano: Racionalidade entre o Real e o Ideal*, Editora Alupolo.
- Coelho, Fábio Alexandre, (2022). *Filosofia do Direito*, 4ª edição, Editora versão e Book.
- Costa, José de Faria Costa & Moura, Bruno de Oliveira Moura. (2021). *Filosofia do Direito*. Editora FD Iuris.
- Cunha, Paulo Ferreira da.(2023). *Filosofia do Direito e do Estado*. Editora Leya.
- Cunha, Paulo Ferreira da. (2024). *Ficções Jurídicas*. Edições Almedina.
- Ferro, José Miguel. (2016). *Introdução à Filosofia e Epistemologia do Direito*. Editora: ED-Iuris.
- Adolphus, Herbert Lionel. (2007). *O Conceito de Direito*. 5ª edição. Editora Fundação Calouste Gulbenkian.
- João Soares Silva Dono. (2013). *Introdução ao Direito Angolano*. Editora Escolar Editora.
- João, Domingos Francisco João.(2022). *O Direito Angolano em Contexto: Contributos para o seu estudo e compreensão*. Editora Lisbon Press.
- Lamego, José. (2023). *Filosofia do Direito*. Vol-I. Edições Almedina.
- Lopes, José Reinaldo de Lima (2022), *Curso de Filosofia do Direito – O Direito Como Prática*, 1ª edição, Editora FD Iuris.
- Lopes José Reinaldo Lima Lopes (2021) *Curso de Filosofia do Direito*. Editora Amazon
- Kandjimbo, Luis. (2021). *Filosofemas Africanos. Ensaio sobre a efectividade do direito à Filosofia*, Ancestre Editora.
- Mascaro, Alysson Leandro. (2024). *Filosofia do Direito*. 11ª edição, Editora Atlas.
- Reale, Miguel (1998). *Filosofia do Direito*. Volume Único, 18ª edição, Editora Saraiva

- Reale Miguel, (2002). *Filosofia do Direito*. 20ª Edição, Editora Saraiva.
- Moncada, Luís Cabral de.(2024). *Filosofia do Estado e do Direito – Volume II*. 2ª edição Editora Quid Juris.
- Nader, Paulo.(2022). *Filosofia do Direito*. 28ª edição, Editora Forense.
- Paulo Ferreira da Cunha. (2020) *Filosofia do Direito e do Estado: História & Teorias*. Editora Edições Almedina
- Dworkin, Ronald. (2014). *O Império do Direito*. 3ª edição. Editora Martins Editora.
- Dworkin, Ronald. (2016). *Justiça para Ouriços*. Editora Edições Almedina
- Sousa, Ana Paula Loureiro de, (2023). *O Pensamento Filosófico-Jurídico Português Contemporâneo*, Editora Imprensa Nacional / Casa da Moeda.
- Subi, Henrique Romanini. (2023). *Resumo de Filosofia do Direito*. 1ª edição Editora Clube de Autores.

2.3. A invalidade do negócio jurídico: anomalia no processo de formação da vontade

3. A união matrimonial e a relação familiar

3.1. O matrimónio e a família

3.2. A filiação e o poder paternal

4. As coisas e as suas classificações

4.1. *Res in patrimonio* e *res extra patrimonium*

4.2. Distinção das coisas patrimoniais (*res in commercio*)

5. Os direitos reais (generalidades)

5.1. O direito de propriedade

5.2. As acções a favor da propriedade

6. As obrigações

6.1. Definição de obligatio

6.2. Fontes e categorias de obrigações

6.3. Modo de extinção das obrigações

7. As obrigações ex contractu e os contratos no direito romano.

7.1. O sistema contratual romano

7.2. Categoria de contrato no direito

7.3. Obrigações derivada de contratos atípicos

8. As sucessões

8.1. A sucessão na concepção romana

8.2. Os elementos da *hereditas* romana

8.3. Formas de Testamento

8.4. A sucessão ab intestato.

8.5. Aquisição da herança e a tutela judiciária do herdeiro

9. Tutela jurídica dos direitos: o processo cível romano

9.1. Direito e acção

9.2. As legis actiones

9.3. O processo formular ou por concepta verba

9.4. A cognitio extra ordinem.

BIBLIOGRAFIA

Adragão, Paulo Pulido. (2020). *Lições de História do Direito Romano*. Peninsular e Português. Editora Almedina.

- Albuquerque, Rui. (2023). *História do Direito Romano, Peninsular e Português*, Editora Coimbra Editora.
- Alves, José Carlos Moreira. (1995). *Direito Romano, Vols. I e II*, Editora Forense.
- Alves, José Carlos Moreira. (2016). *Direito Romano*, Editora Forense.
- Cura, António Alberto Vieira. (2013). *Direito Romano e História do Direito Português: casos práticos resolvidos e textos*. Editora Coimbra Editora.
- Cura, António Alberto Vieira, (2013). *Direito Romano e História do Direito Português*. Editora Coimbra Editora.
- David, René. (1998). *Os Grandes Sistemas Jurídicos*. Editora Martins Fontes.
- Eduardo Vera-Cruz Pinto. (2009). *Curso de Direito Romano*. Editora Principia.
- Giordani, Mário Curtis. (2017). *Manual de Direito Romano*. 21^a ed., Editora Livraria do Advogado.
- José Duarte Nogueira, (2009), *Direito Romano*. 1^a ed., Editora Coimbra Editora.
- Júnior, Walter Guandalini.(2023). *História do Direito Romano. 1^a Edição*. Editora Inter Saberes
- Justo, António dos Santos. (2018). *Direito Privado Romano - II (Direito das Obrigações)*. 6.^a Edição, Editora Coimbra Editora.
- Justo, António dos Santos. (2021). *Manual de Direito Privado Romano*. 3.^a Edição, Editora Petrony.
- Moura, Luiz Antônio Rolim de. (2022). *Instituições de Direito Romano*. 3^a Edição Editora Revista dos Tribunais.
- Ascesão, Pedro de Oliveira, (2010). *Instituições de Direito Romano*. Editora Edições Lusófonas
- Plessis, Paul. (2020). *Bořkowski's Textbook on Roman Law*. 6^a edição. Editora Coimbra Editora.
- Rizzardo, Arnaldo. (2021). *Direito Romano*. 9^a edição Editora Forense.
- Rolim, Luiz Antônio (2003). *Instituições de Direito Romano*. Editora Revista dos Tribunais.
- Rolim, Luiz Antônio. (2022). *Instituições de Direito Romano*. Editora Revista dos Tribunais.
- Sardinha, Carlos.(2022). *Cronologia de Direito Romano*. UCP Editora.

2.2. 1 Várias sentenças latinas, dispostas em ordem alfabética

2.2.2 Introdução à Língua Latina.

História e importância do Latim no Direito e nas ciências jurídicas. Alfabeto latino e pronúncia.

Noções gerais da gramática latina.

2.2. 3 Morfologia Básica

2.2.4 Substantivos: casos, gêneros e declinações.

2.2.5 Adjetivos: concordância e tipos.

2.2.6 Pronomes: tipos e usos principais.

2.2.7 Verbos: tempos, modos, voz ativa e passiva, conjugação regular e irregular.

2.3 Sintaxe Fundamental

2.3.1 Estrutura da frase latina.

2.3.2 Uso dos casos (nominativo, genitivo, dativo, acusativo, ablativo).

2.3.3 Construção das orações simples e compostas.

2.3.4 Particípios, infinitivos e gerúndios.

2.4. Vocabulário Jurídico

2.4.1 Termos e expressões latinas mais usados no Direito Romano e no Direito contemporâneo.

2.4.2 Expressões jurídicas usuais no sistema jurídico angolano.

2.4.3 Análise de frases e sentenças jurídicas em Latim.

2.4.4 Leitura e Tradução de Textos Jurídicos

2.4.5 Textos selecionados do Direito Romano (exemplos das XII Tábuas, Institutas, digesto).

2.4.6 Exercícios práticos de tradução e interpretação.

2.4.7 Comentários sobre o contexto histórico e jurídico

BIBLIOGRAFIA

Borregana, António Afonso & Borregana, Ana Rita, (2019), *Novo Método de Latim – Latim*, 11.º Edição. Raiz Editora.

Cambridge Latin Course, método progressivo e textos adaptados, Editora Cambridge University Press

Fernanda Carrilho, 2023, *Dicionário de Latim Jurídico*, 3ª Edição, Edições Almedina.

Fernando Pereira Rodrigues, 2023, *As Expressões Latinas No Discurso Jurídico*, Edições Almedina.

Fernando Oliveira, 2022, *Glossário de Latim para Juristas*. 12ª Edição Escolar Editora.

Fernando Oliveira, 2023, *Glossário de Latim para Jurista*., Escolar Editora

Ferreira, António Gomes. (2017). *Dicionário de Latim-Português*. Porto Editora.

Lourenço, Frederico. (2019). *Nova Gramática do Latim*. Quetzal Editores.

- Gramática de Latim em português*. 2ª Edição, Centro Dom Bosco / Editora CDB.
- Hélcio Maciel França Madeira & Dário Rodrigues (2020). *Introdução ao Latim Jurídico*. 2ª Edição, YK Editora.
- Napoleão, Mendes de Almeida. (2024). *Gramática Latina*. Edição. CDB Editora.
- Goullet, Monique & Parisse, Michel. (2019). *Aprenda o Latim Medieval: Manual para um Grande Começo*. 1ª Edição, Editora UNICAMP.
- Napoleão, Mendes de Almeida (2024). *Gramática Latina*. Escolar Editora.
- Most, Padre William.(2024). *Latim pelo Método Natural – Manual do Professor e Respostas*
- Queiró, Sofia Miranda Virgílio.(2013). *Breviário de Latim-Português – Expressões jurídicas e não jurídica*, 3.ª Edição Editora Quid Juris.

13.5.1 Mecanismos internos

13.5.2 Mecanismo internacional

Unidade -XIV: A garantia jurisdicional de inconstitucionalidade

14.1 Noção de inconstitucionalidade

14.2 Tipos de inconstitucionalidade

14.2.1 Material, formal e orgânica

14.2.2 Directa, indirecta e consequente

14.2.3 Originário e superveniente

14.2.4 Presente e pretérita

14.2.5 Total e parcial

14.2.6 Acção e omissão

14.2.7 Imediato e derivada

14.3 Os órgãos de fiscalização da constitucionalidade

14.3.1 O controlo político

14.3.2 O controlo jurisdicional

14.3.3 A natureza política do controlo da constitucionalidade

14.4 Fiscalização da constitucionalidade quanto ao modo de impugnação

14.5 Natureza e efeitos do juízo de inconstitucionalidade

14.6 Afiscalização da constitucionalidade na constituição angolana

BIBLIOGRAFIA

Mendes, Gilmar; Góes, Paulo Gustavo (2023). *Curso de Direito Constitucional*. 11ª edição Editora Saraiva.

Agostinho, Agostinho. (2023). *Manual de Direito Processual Constitucional*, Almedina Editora.

Agostinho, Adlezio. (2023). *Manual de Direito Processual Constitucional – Princípios Doutrinários e Procedimentais sobre as Garantias Constitucionais*. Almedina Editora.

Pedro Lenza, (2022), *Direito Constitucional Esquematizado*. 27ª edição Editora Saraiva Jur.

Barroso, Luís Roberto. (2021). *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo*. Editora Saraiva Educação.

Moraes, Carlos Blanco de. (2021). *A Constituição Dirigente e Vinculativa*. 3ª edição, editora AAFDL.

Sousa, Marcelo Rebelo de & Miranfa, Jorge. (2020). *Constituição Anotada*. Coimbra Editora.

Barroso, Luís Roberto. (2020). *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo*, 10ª edição, Coimbra Editora.

Moarais, Carlos Blanco de. (2018). *Curso de Direito Constitucional-Teoria da Constituição*. editora edições Almedina.

Gouveia, Jorge Bacelar. (2014). *Direito Constitucional de Angola*. Editora Edições Almedina.

Santos, Onofre Martins dos, (2013). *O Município na Constituição Angolana*. Coimbra Editora.

Pinto, Ricardo Leite; Correia, José de Matos; e Seara, Fernando Roboredo. (2009). *Ciências Políticas e Direito Constitucional*. Editora Saraiva.

Machado, Jónatas e Costa. (2011). *Direito Constitucional Angolana*. Editora Edições Almedina.

BIBLIOGRAFIA

- Barbosa, Mafalda Miranda. (2023). *Teoria Geral do Direito Civil* (Relatório sobre o programa, conteúdo e métodos de ensino e avaliação da disciplina). Gestlegal.
- Pinto, Carlos Alberto da Mota, Pinto, Paulo Mota e Monteiro, António Pinto. (2020). *Teoria Geral do Direito Civil*. 5ª Edição. Gestlegal.
- Meireles, Laura. (2020). *Teoria Geral Do Direito Civil. Princípios Fundamentais E Sujeitos*. Universidade Católica Editora.
- De Vasconcelos, Pedro Pais e De Vasconcelos, Pedro Leitão Pais. (2019). *Teoria Geral do Direito Civil*. 9ª Edição. Edições Almedina.
- Da Silva, Carlos Burity. (2016). *Teoria Geral do Direito Civil*. FDUAN.
- De Carvalho, Orlando. (1981). *A Teoria Geral da Relação Jurídica: Seu Sentido e Limites*. Centelha.
- De Andrade, Manuel. (1974). *Teoria Geral da Relação Jurídica*. 2 vols. 4.ª reimpressão, Almedina.
- Hörster, Heinrich Ewald. (1992). *A Parte Geral do Código Civil Português*. Almedina.
- Ascensão, José de Oliveira. (2001). *O Direito. Introdução e Teoria Geral, Uma Perspectiva Luso-Brasileira*. 11.ª ed. Revista. Almedina.
- Fernandes, Luís A. Carvalho. (2001). *Teoria Geral do Direito*. 2 vols. 3.ª edição revista e actualizada. Universidade Católica Editora.
- Cordeiro, António Menezes. (2002). *Teoria Geral do Direito Civil*. Relatório.
- Cordeiro, António Menezes. (2005). *Tratado do Direito Civil Português I. Parte Geral, Tomos I*. 3.ª edição, 2005.
- Pedro Pais De Vasconcelos, *Teoria Geral do Direito Civil*, 3.ª edição, Coimbra, Almedina, 2005;
- De Lima, Pires, Varela, Antunes e Mesquita, M. Henrique. (1987). *Código Civil Anotado*. vol. I, 4.ª edição. Coimbra Editora.
- De Sousa, Rabindranath Capelo. (2003). *Teoria Geral do Direito Civil*, I. Coimbra Editora.

7.14.3-Administração Autárquica Local/As Autarquias Locais.

BIBLIOGRAFIA

- De Almeida, Mário Aroso. (2025). *Teoria Geral do Direito Administrativo*. Almedina.
- De Andrade, José Carlos Vieira. (2025). *Lições de Direito Administrativo*. 7ª Edição. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Santos, Bumba, Samanjata e Chinendele. (2023). *Código do procedimento Administrativo Comentado e Anotado*, Edições Almedina.
- Feijó, Carlos. (2023). *Direito Administrativo Angolano*. Edições Almedina.
- Brito, Wladimir. (2021). *Lições de Direito Processual Administrativo*. 4ª Edição atualizada. Petrony Editora.
- Antunes, Luís Filipe Colaço. (2021). *Direito Administrativo. Lições complementares - A grande substituição*. Edições Almedina.
- Azevedo, Patrícia Anjos. (2020). *Lições de Direito Administrativo*. Primeira Edição.
- Do Amaral, Diogo Freitas e Feijó, Carlos. (2016). *Direito Administrativo Angolano*. Edições Almedina.
- Oliveira, F. P. (2013). *Noções Fundamentais de Direito Administrativo*, Coimbra: Almedina;
- Fonseca, Isabel Celeste M. e Afonso, Osvaldo da Gama. (2013). *Direito Administrativo Angolano - Vol. I, II, III*. Vida Económica.
- Amaral, D. F. (2011). *Curso de Direito Administrativo*, volume II (2ª edição). Coimbra: Almedina;
- Amaral, F., Cauperes, J., Claro, J. M. Raposo, J., Garcia, M.G., Vieira, P.S., Silva, V.P. (2005), *Código do Procedimento Administrativo Anotado, com legislação complementar* (5ª edição) Coimbra: Almedina.
- Andrade, J. C. V. (2010). *Lições de Direito Administrativo*, Coimbra. Universidade de Coimbra.
- Amaral, D. F. (2011). *Curso de Direito Administrativo*, volumes I e II (2ª edição). Coimbra: Almedina;
- Poulson. Lazarino.(2009). *Pensar Direito*. Volume III.
- Constituição da República de Angola, 2.ª Edição, Plural Editores, Luanda, 2022.
- Lei n.º 31/22, de 30 de Agosto, Código de Procedimento Administrativo.
- Lei n.º 26/22, de 22 de Agosto, Lei Base da Função Pública
- Lei n.º 17/90, de 20 de Outubro, Princípios a Observar Pela Administração Pública
- Decreto-Lei n.º 10/94, de 24 de Junho, Regime Jurídico das Férias, Faltas e Licenças na Administração Pública

BIBLIOGRAFIA

- De Moncada, Luís Cabral. (2023). *Direito Económico*. Almedina.
- Dos Santos, António Carlos, Gonçalves, Maria Eduarda e Marques, Maria Manuel Leitão. (2022). *Direito Económico*. 8.^a Edição. Almedina.
- Dos Santos, António Carlos. (2023). *Direito Económico*. 8.^a Edição. Almedina
- Bastos, Celso Ribeiro. *Direito Económico*. Ed. Celso Bastos, 2000.
- Rodas, João Grandino e Oliveira, Gesner. (2004). *Direito e Economia da Concorrência*. Renovar.
- Sundfeld, Carlos Ari. (2014). *Direito Administrativo Económico*. São Paulo: Malheiros.
- Morais, L. (2014). *Direito da Economia*. Volume I. Lisboa.
- Santos, A. C., Gonçalves, M. E., Marques M.M.L. (2004). *Direito Económico*. 5.^a Edição. Almedina;
- Cunha. A.C. (2009). *Despesas Públicas e Contratação Pública*. Centro de Estudos e Formação Autárquica, Coimbra.
- Domingos, Francisco João. (2014). *Temas Essenciais do Direito da Economia Angolana*. Escolar Editora.
- Constituição da República de Angola, 2.^a Edição, Plural Editores, Luanda, 2022.
- Lei n.º 25/21, de 18 de Outubro, Lei de Delimitação da Atividade Económica
- Lei n.º 15/03, de 22 de Julho, Lei de Defesa do Consumidor
- Lei n.º 11/13, de 3 de Setembro, Lei de Bases do Sector Empresarial Público.

- Palavras simples e palavras compostas

- Formas de alargamento do Léxico

- Dicionário e entrada lexical

2.2.5 - Semântica

- Polissemia

- Denotação e conotação

- Relações semânticas entre as palavras

- Conectores do discurso

- Valores especiais dos tempos e modos verbais

BIBLIOGRAFIA

Carlotti, Danilo. (2021). *Hermenêutica Jurídica. Entre A Interpretação De Textos E A Avaliação De Práticas Sociais*. Editora Dialética.

Bittar, Eduardo Carlos Bianca. (2020). *Semiótica, Direito & Arte. Entre Teoria Da Justiça E Teoria Do Direito*. Almedina Brasil.

Rocha, Maria Regina. (2019). *Gramática de Português - Ensino Secundário*. Porto Editora.

Azeredo, M. Olga, Pinto, M. & Lopes, M. Carmo (2009). *Da Comunicação à Expressão – Gramática de Português*, Lisboa: Lisboa Editora;

Cunha, Celso & Cintra, Lindley (2002). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa (17ª edição).

Das Neves, M. A. C. (2010). *Semiótica Linguística e Hermenêutica do Texto Jurídico*. Lisboa: Instituto Piaget.

Miguel, Maria Helena, *Convergências (s/d). Manual Universitário de Português*. Luanda.

Bergström, Magnus. (2004). *Prontuário Ortográfico e Guia da Língua Portuguesa*. Editorial Notícias (47ª edição).

Campbell, John. (1993). *Técnicas de Expressão Oral*. Lisboa: Editorial Presença (1ª edição).

Carvalho, J. A. B. (1999). *O ensino da escrita – da teoria às práticas pedagógicas*.

Casteleiro, J. M. & Correia, P. D. (2008). *Atual – O novo acordo ortográfico*. Lisboa: Texto Editora (2ª edição).

Duarte, Inês. (2000). *Língua Portuguesa - Instrumento de Análise*. Lisboa: Universidade Aberta.

_____. (2007). *O Conhecimento da Língua: Desenvolver a Consciência Linguística*. Direcção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.

Estrela, Edite & Pinto-Correia, J. David. (2001). *Guia Essencial da Língua Portuguesa para a Comunicação Social*. (5ª edição). Lisboa: Editorial Notícias.

- Freire, António. (1996). *Técnicas de Expressão do Português*. Braga: Edições APPACDM.
- Gomes, Álvaro. (2009). *Gramática Pedagógica e Cultural da Língua Portuguesa*. Porto, Edições Flumen/Porto Editora.
- Monteiro, Deolinda, & Pessoa, Beatriz. (1999). *Guia Prático dos Verbos Portugueses*. Lisboa: Lidel. Laranjeira;
- Moura, José de Almeida. (2003). *Gramática do português actual*. Lisboa, Lisboa Editora.
- Oliveira, Maria Manuel. (2005). *Fábrica do Texto – Guia para a produção de diferentes tipos de textos*. Cascais: Arte Plural Editores.
- Oliveira, Fátima e Duarte, Isabel Margarida. (2004). *Da língua e do discurso*. Porto, Campo de letras.
- Pinto, José Manuel de Castro & Lopes, Maria do Céu Vieira. (2004). *Gramática do Português Moderno*. Lisboa: Plátano Editores (5ª edição).
- Porto Editora. (2008). *Dicionário de Verbos Portugueses*. Porto Editora.

3.12. Estado e Nação

3.13. Territórios, Fronteiras e os critérios da sua delimitação

Tema IV – Organizações Internacionais e outros Sujeitos do Direito Internacional

4.1. Conceito e Evolução Histórica das Organizações Internacionais

4.2. Classificação das Organizações Internacionais

4.3. A Ordem Jurídica das Organizações Internacionais

4.3.1. A Composição das Organizações Internacionais

4.3.2. A Competência das Organizações Internacionais

4.3.3. O *Ius Tratum* e Estrutura das Organizações Internacionais

4.4. A Organização das Nações Unidas

4.4.1. Fins e Princípios Gerais da Organização das Nações Unidas

4.4.2. Membros da Organização das Nações Unidas

4.4.3. Funções das Nações Unidas

4.5. Outros Sujeitos de Direito Internacional Público

4.6. O Carácter Excepcional da Personalidade Jurídica Internacional do indivíduo

Tema V – Responsabilidade Internacional do Estado

5.1. Responsabilidade do Estado por Actos Praticados pelos seus Particulares

5.1.1. Responsabilidade por Danos Causados durante uma Guerra Civil

5.1.2. Responsabilidade por Actos Terroristas

5.2. Circunstância que excluem a Ilcitude

5.2.1. Formas de Reparação da Responsabilidade Internacional

5.3. Os Meios de Resolução Pacífica de Conflitos

5.3.1. Meios Diplomáticos

5.3.2. Meios Políticos

5.4. Tribunal Internacional de Justiça

5.5. Uso da Força no Direito Internacional

BIBLIOGRAFIA

Marrana, Rui Miguel. (2023). *Direito Internacional Público*. Quid Juris.

Brito, Wladimir (2023). *Direito Internacional Público*. 2.^a edição. Edições Almedin

- Coelho, Teresa de Andrade Leal e Martins, Margarida Salema D'Oliveira. (2023). *Casos e Materiais de Direito Internacional Público*. Coletânea de textos. Universidade Lusíada Editora.
- Almeida, Francisco António de M. L. Ferreira (2023). *Direito Internacional Público*. Gestlegal.
- Pereira, André Gonçalves. (2023). *Manual De Direito Internacional Público*. 3.^a Edição. Edições Almedina
- Gouveia, Jorge Bacelar. (2022). *Manual De Direito Internacional Público - Uma Perspetiva De Direito Lusófono*. Edições Almedina.
- De Freitas, Pedro Caridade. (2015). *História do Direito Internacional Público. Da Antiguidade à II Guerra Mundial*. Principia
- Pereira, André Gonçalves e De Quadros, Fausto. (2013). *Manual de Direito Internacional Público*. 3.^a Edição, Revista e Aumentada - 9.^a Reimpressão. Edições Almedina
- Lukamba, Paulino. (2014). *Direito Internacional Público*. 3.^a edição. Escolar editora.
- Silva, João Bernardo. (2019). *Lições de Direito Internacional*. Porto Editora.
- Bastos, Fernando Loureiro. (2017). *O Direito Internacional do Mar*. Guia de Estudos, AAFDL Editora.
- Baptista, Eduardo Correia. (2004) *Direito Internacional Público – sujeitos e responsabilidade*. vol. II.
- Moreira, Adriano. (2007). *A comunidade internacional em mudança*. 3.^a ed., Almedina.
- Constituição da República de Angola. (2022). 2.^a Edição, Plural Editores, Luanda.
- Carta da Organização das Nações Unidas
- Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça
- Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas
- Convenções das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
- Resolução 174 (II) da Assembleia Geral, de 21 de Novembro de 1947
- Resolução 2625 (XXXV) da Assembleia Geral, de 24 de outubro de 1970
- Resolução 56/82 de 12 de Dezembro de 2001
- Resolução 56/83, de 12 de Dezembro de 2001
- Yearbook of the International Law Commission, 2001, vol. II, Part Two

- 6.3.4. Conteúdo ou objecto da relação de empréstimo público: elementos do empréstimo público.
- 6.3.5. Natureza jurídica do empréstimo público
- 6.4. A Dívida Pública
 - 6.4.1. Aspectos gerais: reserva parlamentar.
 - 6.4.2. Noção e espécies de dívida pública
 - 6.4.3. Operações sobre a dívida pública directa
 - 6.4.3.1. Amortização da dívida pública: noção e formas
 - 6.4.3.1.1. Sistemas de amortização da dívida pública.
 - 6.4.3.1.2. Efeitos económicos e política de amortização.
 - 6.4.3.2. A Conversão da Dívida Pública.
 - 6.4.3.3. Outras operações sobre a dívida pública directa.
 - 6.4.4. A dívida pública indirecta na LREGDPDI
 - 6.4.5. O peso da dívida pública.
 - 6.4.6. Limites à dívida pública.
 - 6.4.7. A crise da dívida mundial: ideias preliminares.
 - 6.4.8. A dívida pública em Angola: aspectos históricos.
 - 6.4.8.1. A dívida pública externa e tentativas para o seu saneamento.
 - 6.4.8.2. Breves noções sobre o Clube de Paris e o Clube de Londres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Angola. Constituição da República de Angola. (2010). Revista, 2022.
- Angola. Colectânea de Jurisprudência do Tribunal de Contas Agolano.
- Angola. Lei Orgânica do Tribunal de Contas. Lei n.º 5 /96, de 12 de Abril e Lei n.º 21 /03, de 29 de Agosto, Lei n.º 13 /10, de 9 de Julho.
- Angola. Lei-Quadro da Dívida Pública Directa. Lei n.º 16 /02, de 5 de Dezembro.
- Angola. Lei-Quadro do Orçamento Geral do Estado. Lei n.º 9 /97, de 17 de Outubro; Lei n.º 15 /10, de 14 de Julho; Lei n.º 24 /12, de 22 de Agosto.
- Cabral, Nazaré da Costa. (2021). Teoria do Federalismo Financeiro. Almedina.
- Cabral, Nazaré da Costa e Martins, Guilherme d'Oliveira. (2024). Finanças Públicas e Direito Financeiro: Noções Fundamentais. AAFDL Editora.
- Carvalho, Joaquim dos Santos. (1996). O Processo Orçamental das Autarquias Locais. Universidade de Coimbra.
- Ferreira, Eduardo Paz. (2020). Ensaio de Finanças Públicas. Almedina.

- Martins, Maria d'Oliveira. (2019). Lições de Finanças Públicas e Direito Financeiro. (4.^a ed.). Almedina
- Musgrave, Richard. A. (1980). Finanças Públicas: Teoria e Prática. Campus
- Nabais, José Casalta. (2022). Estudos de Finanças Públicas e de Direito Financeiro. Almedina.
- Nunes, Elisa Rangel. (2019). Lições de Finanças e de Direito Financeiro. (6.^a ed. Rev. e Actualiz.). Maia Douro
- Pereira, Paulo Trigo; Afonso, António, Santos, José Carlos Gomes; Arcanjo, Manuela e Cabral, Ricardo. (2022). Economia e Finanças Públicas. (6.^a ed.). Escolar Editora.
- Pereira, Paulo Trigo e Nunes, Francisco. (2020). Economia e Finanças Públicas: da Teoria à Prática. (6.^a ed.). Almedina.
- Rezende, Fernando. (2006). Finanças Públicas. (2.^a ed.). Atlas
- Rocha, Manuel José Alves da. (1999). Angola, Estabilização, Reformas e Desenvolvimento. LAC;
- Samuelson P. e Horhaus A. (2012). Economia. (19.^aed.). Mc Graw Hill.
- Soares, José C. (2008). Compêndio de Economia. Plátano Editora.
- Sousa Franco, António Luciano. (2010). Lições de Finanças e de Direito Financeiro. (vol. 1 e 2). (4.^a ed.). Almedina.
- Sousa, Domingos Pereira de. (1992). Finanças Públicas. ISCSP
- Piscietelli, Tathiane. (2025). Direito Financeiro. (10.^a ed.). Atlas
- Filho, Ramos. (2023). Direito Financeiro e Económico. (5.^a). Saraiva

4. Atribuições da União Europeia
5. Atribuições exclusivas
6. Atribuições concorrentes ou partilhadas
7. O princípio da subsidiariedade
8. Princípios e valores da União Europeia
9. Principais órgãos da União Europeia

TEMA IV- UNIÃO AFRICANA E AS COMUNIDADES REGIONAIS

- 1- HISTÓRIA DA INTEGRAÇÃO AFRICANA
 - a) Do fim da escravatura à 1ª Guerra Mundial
 - b) Da 2ª Guerra Mundial ao surgimento da Organização da Unidade Africana
 - c) Da Organização da Unidade Africana à União Africana
- 2- Origem da União Africana
- 3- Objectivos da União Africana
- 4- Princípios e valores da União Africana
- 5- Principais órgãos da União Africana
- 6- Os órgãos da união Africana, similitudes e diferenças com a União Europeia
- 7- SADC
- 8- PALOP
- 9- CDAO....E outras regiões

BIBLIOGRAFIA

- De Quadros, Fausto. (2023). *Direito Das Comunidades Europeias E Direito Internacional Público - Contributo Para O Estudo Da Natureza Jurídica Do Direito Comunitário Europeu*. Edições Almedina.
- Pereira, João Mendes. (2023). *Direito Comunitário Material E Integração Sub-Regional - Contributo Para O Estudo Das Mutações No Processo De Integração Económica E Monetária Na África Ocidental*. Edições Almedina.
- De Quadros, Fausto. (2013). *Direito da União Europeia*. 3ª Ed. Almedia.
- De Campos, João Mata e de Campos, João Luiz Mota. (2010). *Manual de Direito Europeu: O sistema institucional, a ordem jurídica e o ordenamento económico da União Europeia*. 6ª Ed. Coimbra Editora.
- Duroselle, Jean-Baptiste e Kaspi, Adré. (2014). *História da relações internacionais, de 1945 aos nossos dias*, Tomo II, Texto Grafia.
- KI-Zerbo, Josef. (2002). *História da África Negra*. Vol. II, 3ª Ed. Biblioteca Universitária.

- Van-Duném, Belarmino. (2010). *Globalização e Integração Regional em África*, Universidade Lusíada de Angola.
- Pereira, André Gonçalves e De Quadros, Fausto. (2011). *Manual de Direito Internacional Público*. 3.^a Ed. Almedina.
- Dias, Vasco Cordas e Manso, Luís Duarte. (2009). *Direito Internacional Público & Direito Comunitário Casos Práticos Resolvidos*. 2.^a Edição Revista e Aumentada. Quid Juris
- De Miguel Gorjão-Henriques. (2008). *Direito Comunitário*. 5.^a Edição. Edições Almedina.
- Acto Constitutivo da união africana
- Acto constitutivo da SADC
- Tratado da União Europeia
- Tratado do funcionamento da União Europeia

4. Modalidades de sucessão

4.1- Sucessão legítima

4.2- Sucessores legítimos

4.3- Cálculo da legítima

4.4. Determinar a legítima objectiva ou quota indisponível

4.5. Medidas legais de protecção do legatário

5- O instituto da inoficiosidade

5. 1- Legado por conta da legítima

5.2- Legado em substituição da legítima

6 - Colação

6.1. Quem está sujeito a colação

6.2. O que e que está sujeito a colação? (objecto da colação

6.3. Como opera a colação

6.4. Dispensa de colação

6.5. Intangibilidade quantitativa e qualitativa da legítima

7 - Susseção Testamentária

1. Noção

2. Capacidade testamentária activa

3. As indisponibilidades relativas

4. Substituição pupilar e quase-pupilar

BIBLIOGRAFIA

Constituição da República de Angola. Imprensa Nacional. (2010).

Código Civil Angolano. Texto Editores, Luanda (2005)

Silva, Manuel António Dias da. *Direito das Sucessões - sumários desenvolvidos*, Luanda. Edição Faculdade de Direito da UAN- Angola;

Marques, Antonio Vicente. (2005). *Código de Família*. Texto Editores, Luanda;

Oliveira, Fernando.(2012).*Glossário de Latim*. Luanda;

Corte-Real, Carlos Pamplona.(2012).*Curso de Direito das Sucessões*. Lisboa. Sociedade Editora.

Ascensão, Oliveira. (2017). *As actuais coordenadas do Instituto da indignidade Sucessória*. Lisboa.

- Paula Barbosa, Sofia Henriques e Telma Carvalho. *Casos Práticos de Direito da Família e das Sucessões*. 3ª Reimpressão. Lisboa.
- Campos, Diogo Leite de e Campos, Mónica Martinez de. (2017). *Lições de Direito das Sucessões*, Almedina.
- Leal, Ana. (2017). *Casos Práticos de Direito da Família e das Sucessões*, Almedina, 2ª Edição.
- Dias, Cristina Araújo. (2023). *Responsabilidade Por Dívidas Do Casal - Algumas (Outras) Reflexões em Torno do Regime da Responsabilidade Por Dívidas Dos Cônjuges - Volume II*. Editor: Edições Almedina.
- Comparative Succession Law – (2025). Volume IV: *Administration of Estates* (Oxford University Press).
- The Law of State Succession: *Principles and Practice* (Oxford University Press, abril de 2025).
- Marques, de J. P. Remédio. *Estudo do Direito das Sucessões*. (2023). Bertrand.pt, Edição: Janeiro.

- 4.3.1 Responsabilidade por factos ilícitos
- 4.3.2 Facto voluntário do lesante.
- 4.4.3 Ilícitude (Formas).
- 4.5.4 Culpa.
- 4.5.5.1 Imputabilidade.
- 4.4.5.2 Culpa em abstracto e culpa em concreto.
- 4.4.5.3 Prova da Culpa. Presunção de Culpa.
- 4.4.5.4 Responsabilidade Civil no Exercício de Actividades Perigosas.
- 4.4.6 Dano
- 4.4.6.1 Ressarcibilidade dos Danos não Patrimoniais.
- 4.4.6.2 O Nexo de causalidade entre o facto e o Dano.
- 4.4.6.3 Responsabilidade Objetiva ou pelo Risco.
- 4.4.6.4 Responsabilidade subjetiva ou por factos Lícitos.

BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, R. (1983), *Direito das Obrigações*. Coimbra.
- Albaladejo, M. (1983) *Compendio de Derecho Civil*. 2ª Edicion. Libreria Bosch.
- Almeida, M. J. (2011) *Direito das Obrigações*. 12ª Edição, Revista e Actualizada, Novembro.
- Antunes, S. D. H. (2025) *Direito das Obrigações, introdução, fontes a obrigação de indemnização*. Edições Almedina.
- Ataíde, M. C. P. R. (2022) *Direito das Obrigações – Volume I*.
- Carvalho, O. (1981) *Teoria Geral da Relação Jurídica-seu sentido e limites*, 2ª Edição actualizada, Centelha.
- Cordeiro, M. A. (2023) *Tratado de direito civil X – Direito das Obrigações*, Edições Almedina.
- Duarte, S. A. C. (2001) *O Direito à informação nas Sociedades Comerciais*, Curso de Mestrado de 1998/1999.
- Fernandes, O. (2017) *Direito das Obrigações*, Vol.I.
- Freitas, F. (2019) *Código Civil*, 6ª Edição.
- Marques, A. V. (2008) *Direito das obrigações*, 1ª edição, polis editores.
- Martins, T. (1981) *Lições de Teoria Geral do Direito Civil*.
- Mendes, C. (1979) *Teoria Geral do Direito Civil*, Vol.II.
- Neto, A. (2013) *Código Civil anotado*, 18ª edição revista actualizada.
- Varela, J. M. A. (2005) *Das Obrigações em geral*. 10 edição. Vol I, almedida.

4.11. Efeitos da Dissolução do casamento

5. A União de Facto

5.1- Natureza do Instituto e seu enquadramento no direito Angolano

5.2. Conceito de União de Facto e Pressupostos

5.3. Tipologias

5.4. Reconhecimento por mútuo acordo

5.5. Reconhecimento por via Judicial

5.6. Atendimento da União de Facto que não preencha os pressupostos

TEMA III- FILIAÇÃO E AUTORIDADE PATERNA

3.1. Importância do direito da filiação; sujeitos da relação jurídica de filiação

3.1.1 Direito do Estabelecimento da Filiação

3.1.2. Filiação Havendo Casamento dos Pais e Filiação não Havendo Casamento dos Pais

3.1.3. Acções judiciais de filiação e Efeitos do Estabelecimento da filiação

3.2. Âmbito titularidade e duração da autoridade paternal

3.2.1. Conteúdos da autoridade paternal.

TEMA IV- A TUTELA

4.1. Evolução do Instituto da tutela e seu conteúdo

4.2. A Tutela e sua Classificação

4.3. Natureza Jurídica do cargo do tutor

4.4. Poderes do Tutor

TEMA V- OS ALIMENTOS

4.1. Conceito, função social e fonte dos alimentos

4.2. Natureza Jurídica dos Alimentos

4.3. Sujeitos e Garantia da Obrigação dos Alimentos

4.4. Execução da Obrigação de Alimentos

4.4. Extinção do Direito e da Obrigação dos Alimentos

BIBLIOGRAFIA

Campos, D. L. (2016) *Lições de Direito de Família*, 3ª Edição. Editora Almedina

Chico, A. (2010) *Direito Costumeiro e Poder Tradicional dos Povos de Angola*, 1ª Edição, Editora: Mayamba.

Cruz, M. R. (2024) *Noções gerais de direito da família e das crianças*, Editor: Gestlegal.

Marques, S. O. (2009) *Princípios do Direito de Família e guarda dos filhos*, Del Rey, Belo Horizonte.

Medina, M. C. (2013) *Direito de Família Escolar*, 2ª Edição. Editora.

Mendes, C. (1990) *Direito da Família*, Edição revista por Miguel Teixeira de Sousa, aafdl.

Pereira, R. L. (2023) *Direitos de Família*, Editora: Dialética.

Pinheiro, D. J. (2023) *O Direito da família contemporâneo*. Editor: Gestlegal.

Legislações:

- Código Civil Angolano.
- Código de Família.
- Código de Processo Civil Angolano.
- Código de Processo Penal Angolano.
- Código Penal.
- Constituição da República de Angola.

- 8.3.2. A Jurisprudência e doutrina
- 8.3.3. A Dupla tributação Internacional

BIBLIOGRAFIA

- Azevedo, A. P. A. (2020) *Lições de Direito Fiscal*. Editora: Primeira edição.
- Dias, L. S. (2021) *Direito fiscal – Casos práticos resolvidos*. Editora: Gestlegal.
- DIREITO FISCAL ANGOLANO, SEGUNDO A REFORMA DE 2014:
- Dourado, P. A. (2022) *Direito fiscal*. Edições Almedina.
- MACAIA, Macaia (Professor da Universidade Metodista de Angola)
- Nabais, C. J. (2025) *Por um Estado Fiscal Suportável – Estudos de Direito Fiscal – Volume VII*. Editora: Almedina.
- NOGUEIRA DA COSTA, Paulo (Professor Adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa)
- Rodrigues, C. A. E. (2018) *Dicionário de Termos e expressões de fiscalidade e Direito Fiscal*. Editora: Edições sílabo.
- Silva, T. S. (2015) *Direito fiscal*. Editora: Imprensa da Universidade de Coimbra

- Direitos e obrigações do mandatário.
- Obrigações do mandante.
- Revogação e caducidade do mandato.
- Mandato com representação e sem representação
- Outros contratos.

1. Recursos didáticos

- Quadro de escrever;
- Marcador;
- Livros,
- Retroprojektor;
- Computador.

2. Sistema de avaliação:

Haverá duas provas de Frequência com relação o Calendário da Instituição.

A pontualidade, a assiduidade, a participação activa nas aulas e demais sinais de boa conduta do estudante serão aspectos a considerar na hora de achar a média de avaliação contínua.

No fim, será realizado o exame.

Bibliografia básica

- Antunes, S. D. H. (2025) *Direito das Obrigações, introdução, fontes a obrigação de indemnização*. Edições Almedina.
- Ascensão, J. O. (2005). *O Direito / Introdução e Teoria Geral*. Coimbra: Almedina.
- Atáide, M. C. P. R. (2022) *Direito das Obrigações – Volume I*.
- Cordeiro, A. M. (2012) *Tratado de Direito Civil I 4*. Coimbra; Almedina.
- Fascículo de Direito dos contratos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.
- Disponível: https://ae.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2019/12/Sebenta-In%C3%AAs-Carreiro_Ant%C3%B3nio-Garcia-1.pdf
- Gonçalves, C. Pedro. (2023) *Direito dos contratos públicos*, 6ª ed. Editora: Almedina.
- Justo, A. Santos. (2012) *Introdução ao Estudo do Direito*, 6ª ed, Coimbra Editora.
- Nabais, C. J. (2022) *Estudos de finanças públicas e de direito financeiro*. Editora: Almedina.
- Legislações
- Código Civil angolano
- Constituição da República de Angola
- Lei das cláusulas gerais dos contratos.

1.1. Formalismo Processual

1.2. As Fases do Processo Declarativo Comum Ordinário

1.2.1. Fase dos Articulados

1.2.2. Fase do Saneamento e Condensação

1.2.3. Fase de Instrução

1.2.4. Fase da Discussão e Julgamento

1.2.5. Fase da Sentença

BIBLIOGRAFIA

Andrade, M. (1979). *Noções Elementares de Processo Civil*. Coimbra.

Anselmo de Castro, A. (1982). *Direito Processual Civil Declaratório*. Coimbra:

Almeida, Francisco Manuel Lucas Ferreira de (2025) *Direito Processual Civil* - Volume II. 4ª Edição. Edições Almedina;

Varela, A J. M.; Bezerra, M., Sampaio. N. (1985). *Manual de Processo Civil*. Coimbra ed.

Castro, C. J. C. (1986/1987). *Direito Processual Civil*.

Rodrigues, M. (2019) *Direito processual civil*, Editora: Chiabo Books.

Mesquita, L. (2020) *Noções de direito processual civil*. Editora: Gestlegal.

Nunes, R. D. (2025) Curso de Direito Processual Civil Declarativo. Editora Gestlgal.

Borges, M. D. (2023) *O acesso à justiça no direito processual civil*. Editora: Editora dialética.

Rodrigues, Martins. (2019). *Direito Processual Civil*. Lisboa: Chiado Books;

Pinto, Paulo Mota Pinto e Pinto, Alberto da Mota. (2020). *Teoria Geral do Direito Civil*. Coimbra: Gestlegal;

Pica, Luís Manuel (2025) *Lições Breves Sobre O Processo De Execução Civil*. Edições Almedina;

Pinto, Paulo Mota Pinto e Pinto, Alberto da Mota. (2020). *Teoria Geral do Direito Civil*. Coimbra: Gestlegal;

Melo, Nehemias Domingos de (2025) *Lições De Processo Civil. Processo De Execução e Procedimentos Especiais*. Volume 2. 4 Ed. Editora Foco

Santos, Hugo Luz dos (2021) *Direito Civil e Direito Processual Civil Contemporâneo. Entre a dogmática e a prática*. Volume III. Nova Causa;

7. Isenção legal de horário de trabalho
8. Isenção de horário de trabalho mediante a autorização da Inspeção Geral do Trabalho
9. Direito ao repouso
 - I. Aspectos gerais
 - II. O direito ao repouso
 - III. Os períodos de descanso diário
 - IV. O período de descanso semanal
10. As férias
11. As faltas:
12. As Licenças
13. Obs.: Ter atenção em incluir abordagem da temática no sector Público

PARTE III-DIREITO DA SEGURANÇA SOCIAL

TEMA XII- NOTAS INTRODUTÓRIAS

- 12.1. Origem e Evolução Histórica
- 12.2. Natureza Jurídica, Definição e Autonomia do Direito da Segurança Social
- 12.3. Relação entre o Direito da Segurança Social e Outros Ramos do Direito
- 12.4. Fontes do Direito da Segurança Social
- 12.5. Níveis da Protecção Social
- 12.5. Princípios Gerais do Direito da Segurança Social
- 12.6. Regime Jurídico da Protecção Social Obrigatória dos Trabalhadores por Conta de Outrem
- 12.7. Dos Direitos do Trabalhador por conta de outrem vinculado do sistema de protecção social obrigatório

BIBLIOGRAFIA

- Alves, P. P. (2020) *Direito do trabalho- doutrina e jurisprudência*. Editora: Quid Juris.
- Fernandes, A. L. M. *Direito do Trabalho*. (2012) Coimbra: Almedina.
- Gonçalves, A. e Lambelho A. (2021) *Direito do Trabalho da teoria á prática* (2ª edição).
- Leitão, L. M. T. M. (2012) *Direito do Trabalho Angola*. (2ª Edição) Coimbra: Editora Almeida.
- Marques, A, V. (2013) *Direito do Trabalho e da Segurança Social*. Luanda. Polis Editores, Lda.
- Ramalho, P. R. M. (2023) *Tratado de direito do trabalho – parte II*, 9ª edição.
- Teófolo, Z. C. (2015) *Lei Geral do Trabalho tudo o que precisa saber*, Plural Editores.
- Tobias, C. (2022) *Direito do Trabalho de Angola*, Editora Shalon.
- Xabier, L. B. G; (2013) *Manual de Direito do Trabalho – (2ª edição)* Lisboa: Verbo

Legislações:

Código Civil Angolano

Código de Processo Civil Angolano

Código de Processo Penal

Código de Processo Penal Angolano

Lei Geral do Trabalho

Constituição da República de Angola

10.19. Sociedades especiais e atuais tendências

BIBLIOGRAFIA

- Cordeiro, António Menezes. (2022). *Direito Comercial*. 5ª Edição Revista e Actualizada. Coimbra: Edições Almedina;
- Câmara, Vítor (2016) *Dos Registos, Em Especial o Registo Comercial*. Chiado Books;
- Melo, Daniel Bessa de (2024) *Do Trespasse de Estabelecimento Comercial*. Edições Almedina;
- Direito Comercial
- Gomes, Fátima (2017) *Direito Comercial: Noções Gerais e Regimes Complementares*. 2.ª Edição. UCP Editora;
- Abreu, Jorge Manuel Coutinho de (2022) *Curso de Direito Comercial*. Volume I. 13.ª Edição. Edições Almedina;
- Serens, Manuel Couceiro Nogueira (2023) *Marcas: Estudos*. Gestlegal;
- Oliveira, Joaquim Dias Marques de (2009) *Manual de Direito Comercial Angolano – Volume I: Lições de Direito Comercial e Legislação Comercial*. Edições Almedina.
- Joaquim Dias Marques de Oliveira, *Manual de Direito Comercial Angolano – Volume III*, Outubro de 2012, Coimbra, Edições Almedina.
- Almeida, António Pereira de (2014) *Direito Angolano das Sociedades Comerciais*. 2.ª edição, Janeiro de 2014. Coimbra Editora.
- Santo, João Espírito e Alves, Hugo Ramos (2024) *Direito Comercial Português – Casos e Materiais*. AAFDL Editora.
- Vale, Sofia (2015) *As Empresas no Direito Angolano*. 1.ª Edição. Gráfica Maiadouro;
- Abreu, Jorge Manuel Coutinho de (2016) *Curso de Direito Comercial*. 10ª. ed. Almedina;
- Jorge Manuel Coutinho de Abreu, *Curso de Direito Comercial – Volume I*, 2019, edição de bolso.
- Constituição da República de Angola
- Código Comercial Angolano